

# Câmara Municipal Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

### Parecer ao Projeto de Lei nº 1.459 de 01 de Dezembro de 2017

Matéria: Projeto de Lei nº 1.459 de 01 de Dezembro de 2017

Relatoria: Alexandre Kologeski

Autoria: Poder Executivo Municipal

Ementa: "Autoriza a abertura de crédito especial, na Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$115.000,00".

#### Relatório

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa sob a forma Projeto de Lei e corresponde a projeto que autoriza a abertura de crédito especial, na Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$115.000,00.

Após a leitura em sessão plenária, o projeto foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural que em atendimento às normas regimentais exara o presente parecer.

#### Parecer

Do ponto de vista orçamentário e financeiro, considerando a Orientações Técnicas expedidas pelo IGAM nº 3.173/2017 o projeto mostra-se adequado eis que verifica-se no projeto todos os requisitos necessários para a autorização legislativa de abertura de crédito adicional suplementar, estando assim em conformidade com o orçamento municipal.

#### Conclusão

Considerando, portanto, os aspectos orçamentários e financeiros, esta Relatoria resolve opinar pela adequação orçamentária e financeira do projeto legislativo, encaminhando-se o mesmo para votação.

Câmara Municipal de Sertão Santana

RECEBIDO

03 / 02 / 2018

HORA: 9h10

Sec. Adm. Legislativa

PUBLICADO

03 / 02 / 2018

Até: / /

Sertão Santana, 05 de fevereiro de 2018.

Alexandre Kologeski  
Relator

Berenice Koller Guske  
Presidente da Comissão

Edson Espitalier Brasil

Vilson Siegerstatter

"Povo que tem parlamento é um povo soberano".

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 2018.

## Orientação Técnica IGAM nº 3.173/2018.

I. O Poder Legislativo Municipal Sertão Santana, RS, solicita orientação quanto à viabilidade técnica acerca do Projeto de Lei nº 1.459, de 2018, o qual autoriza o Poder Executivo a realizar a abertura de crédito adicional especial, no valor total de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), no orçamento vigente.

II. A iniciativa para deflagrar o processo legislativo está corretamente exercida, pois pertence ao Executivo Municipal a competência privativa para iniciar o processo, nos termos do art. 165, inciso III da Constituição Federal.

No tocante à matéria orçamentária, propriamente dita, verifica-se que o Projeto em tela cumpre os requisitos para abertura de crédito adicional suplementar, encontrando respaldo no art. 41, II, e art. 43, § 1º, inciso III, todos da Lei nº 4.320, de 1964.

Salienta-se que o projeto de lei em tela deverá estar acompanhado da ata de aprovação do **Conselho Municipal de Saúde, conforme art. 33, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Situação que precisa ser realizada antes do envio do projeto ao Poder Legislativo.

Sobre o assunto, créditos adicionais, o IGAM já se pronunciou em seu Informativo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Texto 11 – Créditos Adicionais e PCASP – Novembro 2017.

III. Nestes termos, opina-se pela *viabilidade técnica* do Projeto de Lei nº 1.459, de 2018, desde que seja apresentada a ata de aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

O IGAM permanece à disposição.



**Lissandra Pacheco**  
Contadora, CRC/RS 097.406/O-0  
Consultora do IGAM



**Fabiano Tronco de Vargas**  
Contador, CRCSC 023.643/O-9  
Consultor do IGAM